

A cidade no lugar e o lugar fora das idéias: o caso da região do Mucuri e do município de Teófilo Otoni

Geórgia Fernandes Barros *

Anderson Neres **

RESUMO: O presente trabalho se propõe à realização de um estudo acerca do processo de (sub) desenvolvimento da região do Vale do Mucuri e, de maneira mais específica, do município de Teófilo Otoni, contemplando os aspectos históricos que contribuíram para sua estagnação. Observou-se que desde o seu desbravamento, a região se caracterizou pela ação colonizadora e pelo uso extensivo e predatório dos recursos naturais. Além disso, as estruturas de planejamento e de poder político, ao longo do período analisado, desconsideraram as características intrínsecas locais, o que repercutiu negativamente sobre a capacidade de integração intra e extra regional, contribuindo para o atraso relativo ainda hoje observado.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço, Mucuri, subdesenvolvimento.

ÁREA TEMÁTICA: HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRAFIA ECONÔMICA

* Professora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM, Doutoranda em Desenvolvimento regional e urbano no Cedeplar/UFMG..

** Aluno do Curso de Ciências Econômicas da Universidade federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM.

1 – Introdução

QUINCAS BORBA (Machado de Assis) CAPÍTULO XLV

Enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor;
é a perfeição universal. Tudo chorando seria monótono, tudo
rindo cansativo; mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas,
soluços e sarabandas, acaba por trazer à alma do mundo a
variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida...

As décadas de 50 e 60 marcaram o início da planificação nos países de Terceiro Mundo. Referenciados no trabalho seminal de Perroux (1955) acerca dos pólos de desenvolvimento e na concepção de lugar central do trabalho de Christaller (1933), vários trabalhos surgiram na tentativa de abordar a questão do espaço¹. No entanto, a despeito das contribuições fornecidas por essas abordagens, muito de seu conteúdo foi caracterizado por preocupações políticas e relacionado ao imperativo da política internacional (Santos, 2008).

Há no cerne desse processo relações conflitantes entre capital e trabalho, condicionando o espaço não somente no sentido material, mas nas relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas sócio-espaciais inscritas em sua conformação. Deste modo, o espaço representa um componente dialeticamente definido dentro de uma economia política, que, em última instância, explica a sobrevivência do capitalismo atual. As contradições são cada vez mais agudas dentro desta realidade, indicando a precariedade das respostas da lógica (formal) para entrever o real. Ao retomar a dialética, é necessário atentar-se para o núcleo explicativo do método, ou seja, a percepção da realidade depende da práxis do concreto (Lefebvre, 1995).

Na medida em que o homem é um ser que usa o espaço para viver de acordo com as condições naturais e históricas específicas, o valor de troca não repercute da mesma maneira em espaços distintos. Tal realidade exige definições mais exatas dos níveis de análise, os quais não podem se separar e nem confundir, mas precisam ser apontadas pela reflexão.

A própria consideração de que os países de Terceiro Mundo são países “em desenvolvimento”, implica em uma comparação/transição para a situação dos países em desenvolvimento. Essa noção de *similar path* se revela, entretanto, inadequada. Isso porque há de se considerar as características que são próprias, intrínsecas aos países subdesenvolvidos, de modo que se possa pensar em uma noção de espaço que revele a especificidade de sua evolução, seu contexto histórico, suas características e interlocuções sociais, econômicas e culturais. A esse respeito, há de se pensar no dê-envolver e no re- envolver.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o desenvolvimento histórico da região do vale do Mucuri, com um olhar crítico acerca de seu processo de subdesenvolvimento,

¹ Tais como Boudeville (1964, 1966), Alonso (1964), Friedman (1966), dentre outros.

apontando a necessidade de se pensar um dê-s-envolvimento e um re-envolvimento dos atores sociais e políticos no sentido de promover uma melhor compreensão desse espaço, territorial e social.

2 – O espaço

De acordo com Milton Santos, o espaço pode ser compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, ao mesmo tempo solidário e contraditório. Como categorias analíticas, o autor propõe a paisagem, a configuração territorial, o espaço produzido ou produtivo, as formas e conteúdos, de maneira que se reflita a própria ontologia do espaço, a partir de características internas a ele (Santos, 2009). O espaço é resultado da ação humana, é reflexo e condição da sociedade. Então, se temos uma sociedade desigual, o espaço será desigualmente ocupado, distribuído e significado².

Ademais, de acordo com Santos(1980), o espaço social não pode ser explicado sem o tempo social. O autor ressalta que o conceito de tempo não possui uma natureza absoluta. O tempo indica um movimento concreto em que é possível operar uma divisão (períodos) a partir de critérios que possuam uma correspondência empírica. Com efeito, argumenta Santos (1980,p. 207) “a noção de tempo é inseparável da idéia de sistema. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das variáveis presentes depende estritamente das condições gerais do sistema em que se situam”.

Lefebvre define o lugar como o lócus da reprodução das relações sociais (Lefébvre, 1976, p. 25). Tal processo de re-produção das relações sociais ocorre “sob um esquema relativo à sociedade existente” cuja essência ele descreve como “conjunta-disjunta”, “dissociada”, mas mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação. O espaço é fragmentado e vendido em parcelas, e pelo outro, ocupado globalmente³. Sua visão do espaço é, assim, a de um espaço paradoxal, no qual os espaços de lazeres aparecem independentes dos espaços de trabalho, mas vinculados através do consumo organizado e do poder que os unifica e re-une. Além disso, o espaço e suas propriedades (conjunto e disjunto), também corresponde a um tempo com essas mesmas propriedades.

O autor afirma que o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Além disso, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.

Lefebvre (1974) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido. O espaço concebido é o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a idéia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. O espaço percebido surge como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima

² Conforme observa HARVEY (1996, p.50), a dialética nos força sempre a questionar – seja em relação a uma coisa ou a um evento – qual processo constitui o objeto a analisar e como ele é sustentado. Apenas através da compreensão dos processos e relações que o objeto internaliza é possível entender os seus atributos qualitativos e quantitativos.

³ Essas contradições decorrem do caráter capitalista da prática social. Por um lado, o espaço é fragmentado e vendido em parcelas, e pelo outro, ocupado globalmente. Para lidar com essas contradições, a burguesia conta com um duplo poder sobre o espaço. Em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo e, em segundo lugar, pela ação e estratégia do próprio Estado, ou seja, da globalidade. No âmbito institucional essas contradições explodem entre os projetos e planos de ordenamento do espaço e os “projetos parciais dos mercadores de espaço” (Lefebvre, 1972, p. 57).

referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social. Já o espaço vivido denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana (ordem próxima) está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional.

O espaço social configura-se, dessa maneira, como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela hegemonia do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. Tal análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais; desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações (vivido).

Tem-se assim em Santos uma discussão mais epistemológica e em Lefebvre uma ênfase não no objeto mas nos problemas concretos para a práxis revolucionária, como é o caso do papel do Estado na reprodução da vida cotidiana burocratizada, a questão da reprodução das relações sociais, a questão do urbano como modo de reprodução do capital e das relações capitalistas, etc.

Em Soja (1988), o espaço é entendido como fruto do processo histórico, imbuído de intencionalidades, produto da sociedade, palco de conflitos e contradições. Com referência no que ele compreende como materialismo histórico e geográfico, o autor define o espaço como um campo de luta e de estratégia política. Nesse sentido, o autor aponta para a existência de um conflito potencial entre o espaço herdado, historicamente constituído em conformidade com as articulações estabelecidas pelo modo de produção e do espaço projetado que emerge das crises e da necessidade de se reestruturar a espacialidade⁴.

David Harvey também propõe uma visão tripartida do espaço: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional, respectivamente entendidos como um receptáculo passivo e neutro à ação social, um depositário sem vida; um espaço percebido por meio das múltiplas percepções sobre as relações entre os objetos e os sujeitos; um espaço que expressa relações distantes entre o local e a ordem distante numa interiorização impregnada de valores, historicidade e ideologia (Harvey, 2006).

Das relações e objetos resulta o lugar. Quando o lugar é usado estrategicamente, no âmbito de relações de poder, ele constitui um território. Para Martins (2003, p.43) *a posse, a identidade e as relações de poder transformam o lugar/região em território*. É assim que os lugares e as regiões são valorizados, disputados, especulados, apropriados e utilizados. Para isso é preciso que se recrie e se defenda esses espaços no contexto da urbanização.

Conforme propõe Monte-Mor (2006), o urbano pode ser compreendido como uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida de forma virtual por todo espaço social. O autor retrata para o caso brasileiro o que ele denomina uma urbanização extensiva, que se impõe no espaço para além das cidades:

integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano industrial mediante a expansão da base material requerida pela sociedade

⁴ Conforme observa Harvey (2005, p. 47), acerca das crises capitalistas, elas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional", sendo capaz de produzir um espaço que será projetado a fim de garantir a renovação da acumulação

e pela economia contemporâneas e as relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto, multiplicam-se as fronteiras (urbanas), tanto internamente e nas franjas das aglomerações quanto nos espaços regionais e rurais incorporados à lógica urbano-industrial dominante. A urbanização extensiva caminha, assim, ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas”, como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões “velhas”, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas “ilhas de ruralidade” no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial impõe-se ao espaço social contemporâneo, no *urbano* dos nossos dias.

A produção do espaço social e os processos históricos e sociais não se conformam de maneira alheia entre si, mas se delineiam de maneira a conjugar interação, oposição e contradição. A estruturação do território poderia, assim, ser definida dialeticamente como um elemento substantivo das relações gerais de produção simultaneamente sociais e espaciais, necessária para o próprio processo de produção no arranjo dos territórios e na distribuição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas no espaço que levam a uma diferenciação social e espacial que contribui para um desenvolvimento desigual e combinado em diferentes escalas, em termos espaciais e de relações de dominação.

Para fins do presente trabalho, entende-se a urbanização como uma forma de estruturação do território, onde o peso dos lugares varia historicamente em função dos condicionantes e processos sociais, econômicos, políticos, e por vezes culturais que tomam corpo. E a rede urbana seria a expressão cristalizada de diferentes estruturações do espaço em diferentes tempos históricos (Limonad & Lima, 1999). Nesse sentido, pretende-se analisar a persistência da desigualdade regional observada pela região do Vale do Mucuri verificada historicamente, e a conformação da cidade e do processo de urbanização de Teófilo Otoni, pólo regional.

3 – O vale do Mucuri: as idéias estão fora do lugar?

O Brasil é um país marcado por desigualdades extremas, o que pode ser percebido pela proliferação de dicotomias (rural/urbano, atrasado/moderno, *belíndia*, entre outras) que tentaram, ao longo do tempo, apreender a convivência de elementos profundamente desiguais dentro do mesmo espaço social.

Em especial, no que diz respeito ao estado de Minas Gerais, a análise da sua realidade regional aponta que em grande parte das macrorregiões coexistem sub-regiões dinâmicas, competitivas, com elevados rendimentos relativos médios, e sub-regiões com precárias condições de vida e traços de estagnação. A conhecida concentração regional dos agregados econômicos, em especial na Região Central do Estado, que consolida aproximadamente metade do PIB mineiro, ressurgiu de forma ainda mais preocupante no nível microrregional. As regiões de planejamento Norte de Minas, Noroeste e Jequitinhonha e Mucuri são as que apresentam menores valores de PIB industrial e de serviços. A atuação desses elementos exige ação mais ordenada e objetiva dos governos em promover a integração de subespaços marginalizados (Otoni, 2006).

Adotando-se aqui a idéia de Maricato (1997) sobre as limitações da prática de planejamento urbano para o país⁵, e ampliando essa idéia para a questão regional, pode-se questionar se os planos e as leis de desenvolvimento local não estariam considerando aspectos importantes da região (“as idéias estão fora do lugar”), e, de outro, se partes significativas da região estariam se desenvolvendo sem considerar os planos e as leis existentes (“o lugar fora das idéias”). A primeira questão será abordada por meio de uma análise do desenvolvimento histórico da região.

3.1 – Caracterização e um pouco de história

A região que compreende a bacia hidrográfica e a Mesorregião Expandida dos Vales do Rio Mucuri, do Rio Jequitinhonha e do Rio São Mateus, está geograficamente localizada nas porções nordeste do estado de Minas Gerais, extremo sul do estado da Bahia e extremo Norte do Espírito Santo. Esta região tem sua história de ocupação muito intimamente ligada ao eixo principal dos leitos destes rios, mas principalmente do Rio Mucuri.

A região do Jequitinhonha/Mucuri dispõe de uma precária base industrial, caracterizando-se como uma região sem tradição no setor. Adicionalmente a isso, quando comparada à indústria mineira, a do Jequitinhonha/Mucuri dá mostras de sua participação pouco expressiva no contexto estadual. Essa situação pode ser explicada por não existirem vantagens locacionais na região para a maior parte dos setores industriais, sendo pouco urbanizada, e com um mercado restrito e de baixo poder aquisitivo. Consequentemente, o setor industrial do Jequitinhonha/Mucuri é composto por algumas poucas empresas de médio e grande porte, e um número expressivo de micro e pequenas empresas. Estas, em geral, constituem empreendimentos pouco capitalizados, não exercendo um papel relevante para o desenvolvimento da região.

O Vale do Mucuri, de forma mais específica, abrange uma área de 23.221,40 Km² e é composto por vinte e sete municípios: Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carai, Catuji, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Ouro Verde de Minas, Pescador, Santa Helena de Minas, Setubinha, Águas Formosas, Carlos Chagas, Crisólita, Franciscópolis, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Pavão, Poté, Serra dos Aimorés, Umburatiba e Teófilo Otoni. A população total do território é de 438.247 habitantes, dos quais 149.091 vivem na área rural, o que corresponde a 34,02% do total. Possui 16.993 agricultores familiares, 203 famílias assentadas, 7 comunidades quilombolas e 3 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68 (Territórios da Cidadania, 2011).

⁵ Para a autora, a opção de intervenção nos espaços oficiais das cidade e as políticas públicas têm reforçado o processo de segregação sócio-espacial, uma vez que dessa forma exclui do direito à cidadania a população que não está assentada nesses espaços, majoritariamente população de baixa renda.



Mapa 1- Vale do Mucuri

Sua ocupação se dará de maneira tardia, sendo que suas vastas dimensões se encontravam, até meados do século XIX, completamente cobertas pela Mata Atlântica e habitadas por nações indígenas, que em sua maioria sempre se mostraram hostis à colonização branca. O Mucuri caracterizava-se por uma barreira natural, estrategicamente preservada, na fronteira entre as capitânicas de Minas Gerais e Bahia, o que inibia o estabelecimento de outros modos de produção além do comunismo primitivo. Além disso, havia o interesse do governo em manter a região inexplorada, de modo a se evitar o contrabando de metais preciosos⁶.

A partir do esgotamento dos minerais preciosos e o conseqüente declínio do ciclo do ouro nas regiões das minas, houve uma decadência que se tornava visível através da lenta diminuição do capital aplicado no setor de mineração (Furtado, 1977), o que obrigou os mineiros a buscar outras regiões, particularmente aquelas de terras férteis de plantio ou de criatórios, com interesses agora ligados às atividades agrícolas. Além disso, seguiu-se um período de busca por novas lavras e pedras preciosas. Conforme observa Ribeiro (1997), as investidas também tinham como alvo os indígenas, que poderiam fazer a lavoura dos colonos, ensinar o caminho das pedras e participarem da guerra contra os índios Aimorés, que por sua resistência era uma tribo muito temida.

Com a abertura dos portos em 1808, que vai consolidar o pólo externo brasileiro, o Brasil incorpora o capitalismo mercantil como modo de produção de seu lado interno (absorvendo-o de Portugal) e o capitalismo industrial europeu de seu lado externo. Na essência desse pólo, os comerciantes, importadores e exportadores, participavam como sócios menores, frágeis politicamente, mas com grande poderio econômico no pacto de poder (Rangel, 1981).

Conforme observam Santos & Sorel (2006), as medidas impostas pelo pólo externo, como o liberalismo implantado pelo regime monárquico, favoreceram a iniciativa privada e

⁶ Conforme observam Santos & Sorel (2006, p. 44), [...] até o século XVIII, o rio Mucuri sequer é citado nos mapas, sendo que o curso do rio não é nem mesmo traçado até a fronteira baiana. Havia interesse do governo português em manter a região inexplorada, pois dificultava mais saídas para o contrabando de metais preciosos, um cinturão de mata que evitava os descaminhos do ouro.

incentivaram o desbravamento e a conquista de novos territórios/mercados com o objetivo de promover a conquista do território nacional. Desde o início do século XIX, Dom João VI já havia adotado medidas no setor de transporte para exploração e povoamento de áreas que eram habitadas por indígenas, incentivando inclusive a colonização por imigrantes.

Batella (2010) aponta que foi neste contexto que o governo imperial apóia a proposta de Theophilo Benedicto Ottoni, empresário e político liberal, na criação da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Trata-se da primeira tentativa de integração desse território⁷.

3.2 – A Philadelphia mineira: o município de Teófilo Otôni

O processo de formação e ocupação da região do Mucuri remete forçosamente uma referência à cidade de Teófilo Ottoni, que carrega a posição de centro ou pólo regional, por uma série de razões estruturais. Além de poder ser classificada como uma “cidade média propriamente dita” suas raízes históricas se somam à concentração dos fluxos regionais que forçosamente devem passar por aquela localidade, e ao seu alto grau de hierarquia regional que agrega princípios de tráfego, mercado e administrativo⁸.

A cidade de Teófilo Ottoni, originalmente chamada Philadélfia, foi fundada por Theóphilo Benedicto Ottoni, no dia 7 de setembro de 1853, a partir da aprovação do governo imperial da instituição da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. A sede do Município encontra-se às margens do rio “Todos os Santos”, afluente da margem direita do rio Mucuri, na desembocadura dos córregos Gangorrinha, São Diogo, Santo Antônio, São Benedito e São Jacinto.

Entre suas aspirações de Theóphilo, estava incluída a fundação de uma cidade que se tornasse o centro propulsor e distribuidor do progresso no norte de Minas Gerais. A cidade seria ligada por estradas até o Porto de Santa Clara, onde iniciaria a navegação livre até o Atlântico (Carvalho & Zanon, 1967). Philadélfia nasce, assim, do sonho do seu fundador de criar um caminho ligando o sertão ao mar. Em seu idealismo, vislumbrava a Filadélfia Americana, referencial da democracia⁹.

Tendo em vista seus propósitos, Theóphilo Benedicto Ottoni fundou, em 31 de março de 1847, a Companhia de Navegação do Mucuri, que tinha como objetivo principal comercializar produtos das regiões do Serro Frio, Diamantina e Minas Novas com a Bahia e a Corte no Rio de Janeiro, usando caminho mais curto, atravessando o Vale do Mucuri através da Mata Atlântica, até então, pouco conhecida. Philadélfia foi criada para dar suporte à Companhia do Mucuri e se tornou a sede da empresa.

A cidade foi uma das primeiras planejadas do Brasil. Seu traçado foi elaborado pelo engenheiro alemão Roberto Schlobach da Costa, que fez o alinhamento da primeira rua, seguindo orientação norte-sul, denominada na época Rua Direita¹⁰ e inaugurada em sete de setembro de 1853. As ruas transversais cortavam-na com uniformidade, todas em ângulo reto.

⁷ Observe-se, no entanto, que já haviam sido feitas excursões à região, a primeira em 1550, chefiada por Martin Carvalho, Sebastião Fernandes Tourinho em 1573 e Antônio Dias Adorno, em 1580. A primeira teria esbarrado nas dificuldades naturais da região, e as duas últimas ocorreram a título de conhecimento da região. Além dessas, o engenheiro Pierre Victor Renault faz um relatório sobre o Mucuri, em 1836, indo de encontro à política de ocupação do império (Achtschin, 2008). Esse relatório servirá de referência para Theophilo Benedicto Ottoni.

⁸ Em sentido próximo àquela apresentada por Christaller.

⁹ Uma biografia do bandeirante pode ser encontrada em Chagas (1978) e em Ribeiro (1998). De acordo com este último autor, o interesse do Theóphilo não eram os índios ou as terras em si mesmas, mas pelo rio como via de escoamento e as conseqüências daí advindas. Os índios presentes na região eram os botocudos e maxacalis.

¹⁰ Posteriormente chamada Rua do Progresso e atualmente Avenida Getúlio Vargas.

Desse modo, foram traçadas as ruas Engenheiro Antunes, Dr. Manoel Esteves, Visconde do Rio Branco, Francisco Sá e as praças Tiradentes, Argolo (não existe mais) e dos Alemães, hoje inteiramente modificada.

Os primeiros habitantes das terras de Teófilo Otoni foram indígenas descendentes dos Tapuias. A população local também tem origem nos imigrantes que começaram a chegar a partir de 1855, vindos da Ilha da Madeira. Em 1856, a cidade recebeu os primeiros europeus: alemães, belgas, suíços, holandeses que vinham como colonos patrocinados pela Companhia de Navegação do Mucuri, com o aval de seu fundador. Theóphilo Benedicto Ottoni abraçou com entusiasmo a idéia de estabelecer núcleos coloniais que seriam confiados a imigrantes europeus, particularmente germânicos¹¹.

Em 1857, é inaugurada a estrada de Santa Clara-Filadélfia, primeira rodovia do interior do Brasil, com extensão de cerca de 170 Km. Era a via ápia do Mucuri, por onde trafegavam em 1859, mais de 40 carros particulares puxados por bestas, 200 carros de boi, 400 lotes de burros.

Nesse mesmo ano, Philadélfia, que pertencia ao município de Minas Novas, foi elevada a Distrito, no dia 23 de agosto. A partir do ano de 1861, com a falência da Companhia de Navegação do Mucuri, por um período de mais ou menos trinta anos, os primeiros colonos viveram isolados geograficamente, no tempo e na história, lutando bravamente para sobreviver.

No ano de 1878, através da Lei nº 2486 de 9 de novembro, o Distrito de Philadélfia se desmembra do Município de Minas Novas, alcançando a sua emancipação política. O novo município criado, em homenagem ao seu fundador, falecido em 17 de outubro de 1869, recebe o nome de Teófilo Otôni; no dia 27 de novembro de 1960¹². Os restos mortais do seu fundador estão depositados no “Panteon” da atual Praça Tiradentes.

O município, assim como a região do Mucuri ganham no ano de 1898, no dia 3 de maio, a estação ferroviária da Estrada de Ferro Bahia e Minas, abrindo definitivamente um caminho para o mar, através do porto de Caravelas, na Bahia. A abertura da ferrovia revolucionou a economia da região através do extrativismo e da agricultura, uma vez que a região já contava com um meio de escoamento da produção.

Antes da implantação a Estrada de Ferro Bahia-Minas em 1898, a falta de estradas e o relevo montanhoso e recoberto de vastas florestas sempre dificultaram o intercâmbio com os centros de outras regiões de Minas. Após a implantação da referida estrada de ferro se tornou consideravelmente mais fácil chegar ao Rio de Janeiro (a partir de Caravelas, de barco), havendo uma maior aproximação com aquele estado. Além disto, as operações de exportação de pedras preciosas e semi-preciosas tinham no porto do Rio de Janeiro, um ponto intermediário obrigatório entre o Brasil e o centro alemão e mundial de beneficiamento, lapidação e comercialização de pedras preciosas Idar-Oberstein (Ottoni, 2006).

Um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (1991), aponta que, entretanto, a partir de então, o relativo crescimento econômico da cidade permitiu apenas o investimento em melhoramentos urbanos no início deste século, não desenvolvendo um sistema produtivo em bases manufatureiras, sendo que as pequenas indústrias existentes se estruturavam em bases artesanais e não fabris¹³.

¹¹ O Mucuri sofreu um processo agressivo de povoamento a partir da segunda metade do século XIX, sendo que de 1860 a 1920, a sua população passou de 4000 colonos para 160.000 em 60 anos. Segundo Ribeiro (1998) grande parte desse crescimento deve ser creditado à migração.

¹² “Passou a Companhia nos anos 1850 e ficou no seu lugar um governo distante, acanhado, desleixado, que tratou muito rapidamente de promover Filadélfia a distrito, a paróquia e cidade, para então retirar de seus ombros aqueles colonos, benfeitorias, rios e estrada: devolveu tudo à selva e à sorte” (Ribeiro, 1998, p.55).

¹³ “É curioso observar que a cidade de Teófilo Otoni, com equipamentos e serviços urbanos nem sempre observados nas demais cidades mineiras de então, talvez pela própria influência do Rio de Janeiro e de seus colonos estrangeiros, “possuía então telégrafo nacional em 1910, posto de observações

Um aspecto marcante da economia do vale foi a atividade madeireira que acompanhou o processo de abertura da ferrovia. Esta atividade promoveu uma ação de desmatamento rápida e violenta ao longo da ferrovia. Toda a produção era destinada à exportação e esta atividade não trouxe maiores vantagens econômicas para região, a não ser para as próprias madeireiras. Além disto, não houve uma preocupação de reposição, num segundo momento, da área desmatada, fazendo com que os impactos sobre o meio ambiente, na região, tenham sido e continuem sendo profundos, com efeitos significativos sobre o clima, índices e frequência pluviométricos, além de promover uma diminuição mais acelerada dos recursos hídricos (Ottoni, 2006).

Já na década de 20, a cidade de Teófilo Otoni apresentava um elevado grau de modernização do seu aparelho urbano, possuindo uma avenida e vinte ruas, quatro travessas e cinco praças, com um abastecimento de água excelente, que contava com um reservatório local para 250.000 litros que permitia o abastecimento de até 510 prédios. A despeito desta boa distribuição de água, e de acordo com a situação predominante nas cidades brasileiras e mineiras do mesmo período, Teófilo Otoni não contava ainda com rede de esgotos (Ottoni, 2006).

No que diz respeito à base econômica e produtiva local, essa sempre foi a produção agropecuária, que acaba por sustentar uma atividade comercial e de serviços mais ou menos intensa, na medida em que a atividade principal também se fortalece. A importante produção de café, que ocorria na região do Vale do Mucuri e se fazia presente como cultura base em quase todas as propriedades da região devido ao seu alto preço internacional, foi virtualmente destruída pela crise de 1929, como quase toda a economia agrária da região Sudeste. Esta situação vai perdurar até o período pós Segunda Guerra Mundial, quando a cidade assiste à chegada do primeiro elemento de transporte do modal rodoviário.

No entanto, a região do Mucuri ainda possuía fraca articulação viária até meados da década de 1940, o que fazia com que região estivesse mais em contato com o Rio de Janeiro do que com os demais centros mineiros. Na verdade esta situação perdurou até a abertura da rodovia Rio - Bahia, na década de 1940. Mesmo assim, observa-se que a situação precária perdurou ainda por muito tempo, uma vez que o asfaltamento da rodovia só veio a se concretizar no início da década de 60¹⁴. A esse respeito, é importante observar que a rodovia, geralmente tomada como sinônimo de progresso e desenvolvimento, na verdade representou um elemento que expôs a região ao mundo modificando seu perfil de maneira decisiva, então fruto do enclausuramento da cidade. Além disso, sua presença acabou patrocinando o desmatamento dos remanescentes florestais restantes na região de forma sistemática e definitiva, sem jamais se transformar num vetor de incentivo à indústria ou ao comércio na região.

No limiar da década de 40, a cidade contava com uma vida cultural bastante significativa, com especial contribuição da comunidade alemã, por meio do ensino de música

meteorológicas em 1911, abastecimento de água encanada em 1915, linha de bondes em 1918, rede telefônica em 1920, empresa de automóveis e posto de profilaxia rural em 1921, iluminação elétrica pública e particular em 1922. Possuía ainda dois hospitais, o Santa Rosália e o São Vicente, uma oficina de marcenaria com maquinário todo importado no princípio do século, da Alemanha, responsável inclusive pela decoração interna do interior da Igreja Matriz da Imaculada Conceição, construída em estilo neo-gótico, com três altares esculpidos em madeira e com púlpito e bancos todos em jacarandá” (Ottoni, 2006, p.60).

¹⁴ Antes disto, a viagem a Teófilo Otoni ou à região, a partir de Belo Horizonte, se dava em três etapas e durava três dias. Ia-se ao Rio de Janeiro, de lá de barco até Caravelas e então de trem “Maria Fumaça” até Teófilo Otoni, numa viagem de 376 km que durava cerca de 16 horas.

erudita e artes plásticas a seus filhos, com a presença marcante também na constituição de corais, tradição que se mantém até hoje. Devido às distâncias dos grandes centros culturais e ao interesse de grande parcela da população em eventos culturais, eram comuns apresentação de peças teatrais e orquestras vindas principalmente da Alemanha. Esta consolidação infra-estrutural regional foi essencial no processo de desenvolvimento e de colonização estrangeira no Vale do Mucuri, alavancada principalmente por famílias de origem germânica.

No ano de 1953, o município de Teófilo Otoni completava 100 anos de fundação, e sob um momento histórico marcado pelo desenvolvimentismo vivido no Brasil com os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Nesse sentido, a construção da Rio-Bahia em 1947, a BR 116 de integração nacional, que liga a região Sul ao Nordeste, foi de grande importância. Alguns fatos sociais retratam o momento econômico da região que são marcantes, como as inaugurações da sede social do Automóvel Clube, dos cines Vitória e MetrÓpole, da Rádio Teófilo Otoni, do Clube Sírio Libanês, entre outros (Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Teófilo Otoni – IPAC, 2005)

Com as mudanças políticas ocorridas no Brasil na primeira metade dos anos 60, a partir da renúncia do então presidente Jânio Quadros, e a deposição do presidente João Goulart, em 1964, pelas Forças Armadas, Teófilo Otoni sofre com a falta de representação política em nível federal e estadual, o que culminou na extinção da Estrada de Ferro Bahia e Minas, no ano de 1965.

As conseqüências econômicas e sociais para toda a população da região do nordeste mineiro e extremo sul da Bahia foram lastimáveis. A estrada usada para o escoamento da produção, foi desativada e o meio de locomoção do homem rural chegou ao fim. Começa, assim, o processo de êxodo rural, que viria trazer uma maior aglomeração populacional na sede do município, agravando a situação urbana, no que diz respeito à saúde, moradia, emprego e abastecimento.

Como contrapartida pela retirada da ferrovia, o governo permite a abertura da chamada Estrada do Boi (MGT-418), no final da década de 60, e o seu asfaltamento, no final da década de 70 e começo da década de 80. Mas essa estrada não conseguiu propiciar o dinamismo anterior.

As iniciativas oficiais do final da década de 1970 e começo da de 1980, representadas então pelas chamadas “Políticas de Cidades-Dique”, no intuito de reter o fluxo migratório e o efeito de “inchamento” das grandes metrópoles nas décadas nesta época, em adição à segunda fase da industrialização mineira, acabam transferindo para as cidades médias o ônus destes problemas, até então eminentemente metropolitanos, como desemprego, inchamento populacional e desestruturação urbana.

Como conseqüência, a situação dos terrenos rurais e a desestruturação da atividade agropecuária, observadas hoje na região, são fatores importantes que contribuíram para o empobrecimento e desestruturação regional. Mesmo as técnicas agrícolas mais apuradas e diversificadas dos descendentes dos alemães não conseguiram evitar que a produção agropecuária se voltasse quase completamente, a partir da década de 60, para a criação extensiva da pecuária bovina, de corte e leite, em detrimento de todos os outros tipos de produção agropecuária.

A esse respeito, um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (1991) aponta para o fato de que não existiu, historicamente, um processo de concentração de terrenos rurais na região, mas um equívoco no uso da terra, que acaba tornando as propriedades pequenas incapazes de suprir as necessidades das famílias dos proprietários, em constante crescimento. Os descendentes dos proprietários são forçados a se inserirem em alguma atividade nos centros urbanos, pois o terreno rural da família, com uma produtividade bastante comprometida, não mais os comportam. Nas sedes municipais da região, eles encontram uma situação de desemprego e de completa falta de perspectivas profissionais, o que os força ao

desterro ou a engrossar as imensas quantidades de desempregados residentes nas inúmeras favelas dos municípios mais estruturados da região.

Os terrenos rurais regionais estão hoje bastante comprometidos, pois já não são capazes de uma produção como a de outrora, o que os faz ter um valor de comercialização bastante baixo, uma vez que seu custo de recuperação é muitas vezes superior ao preço da terra. Devido aos preços dos implementos, a alta declividade dos terrenos e a ausência de capital que financie tecnologias adequadas à resolução destes problemas, a região apresenta um índice bastante baixo de mecanização e tecnificação, o que configura um cenário de baixa produtividade geralmente seguido do abandono da terra.

Desse modo, a posição de primazia ocupada pela cidade de Teófilo Otoni além de ter fundamentos na sua própria história de ocupação, tem sido fortalecida nas últimas décadas principalmente porque ainda persiste uma má integração externa que se reflete também, diretamente, numa interação interna que ainda necessita de uma maior estruturação.

5- Considerações finais

O presente trabalho se propôs à realização de um estudo acerca do processo de (sub) desenvolvimento da região do Vale do Mucuri desde seu desbravamento bem como dos desdobramentos locais mais recentes, com ênfase para o município de Teófilo Otoni, em virtude de sua posição polarizadora. Partiu-se do pressuposto de que o estudo regional oferece grandes possibilidades de analisar as relações sociais, culturais, políticas e econômicas de uma comunidade. Enfocando uma história problema, objetivou-se estudar as raízes do processo de atraso econômico da região, tendo em vista suas características próprias e contradições, formadoras dessa sociedade.

Nesse sentido, de maneira geral, a situação da mesorregião estudada, principalmente através da caracterização de seu centro urbano mais importante, a cidade de Teófilo Otoni, identifica uma série de problemas históricos que muito contribuíram para que a região hoje se encontre numa posição de estagnação. Suas estruturas regionais se encontram submetidas a condicionantes, em sua maioria, de caráter histórico que acabam por definir um cenário relativamente equilibrado nas últimas três décadas em níveis de desenvolvimento, tanto humano como econômico, mais baixos do que os da média nacional.

Pôde-se observar, pela breve exposição da história da região, que grande parte do fluxo regional se deu no eixo do rio Mucuri, o que permitiu que a região evoluísse estabelecendo seus parâmetros de desenvolvimento balizados pelo movimento pendular ao longo do eixo do rio. A retirada da Ferrovia em 1966, declarada pelo então governo Militar como “ramo ferroviário deficitário”, desestrutura rapidamente esta lógica fundamental de transporte e ligação da região com o mundo, desarticulando a região de maneira expressiva.

A própria construção histórica da região já estabelece uma lógica de desenvolvimento que pressupunha uma ação antrópica colonizadora (Otoni, 2006), que fizesse uso extensivo de seus recursos naturais. Observa-se, ademais, que as estruturas de planejamento e de poder político, desconsideravam as características intrínsecas locais, o que pode ser percebido claramente na rodovia instalada e que trabalhava em sentido oposto às estruturas regionais já estabelecidas historicamente.

No que diz respeito aos centros urbanos regionais foi e é possível observar um nível muito pequeno de diferenciação hierárquica. Conforme observa Amorim Filho, Abreu & Bueno (2000), tal diferenciação ainda é pouco significativa, particularmente no que diz respeito às pequenas cidades e localidades. Extremamente sub-equipadas, são elas ainda profundamente dependentes de atividades ligadas ao setor primário da economia: extrativismo mineral e

vegetal, pecuária extensiva e agricultura ainda muito atrasada. Entre as cidades de maior porte, excluindo Teófilo Otoni, a diferenciação é mais quantitativa que qualitativa¹⁵.

O baixo grau de articulação e integração interna na parte mineira ainda se configura como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento desta região, que acaba por fortalecer a posição dos centros regionais já consolidados como Teófilo Otoni, Nanuque e Diamantina. A heterogeneidade desta Mesorregião, que se espalha por três estados e, portanto está sujeita a políticas desiguais de desenvolvimento, também aparece como um obstáculo a uma maior integração da região como um todo.

Em termos de uma análise de teoria da localização, é necessário que a interação interna melhore sensivelmente, o que depende diretamente de políticas de melhoramento da capilaridade rodoviária regional e da própria qualidade da malha rodoviária existente, melhorando a relação dos grandes centros regionais com aqueles que hoje apresentam uma posição marginal. Em termos sociais, o melhoramento dos equipamentos de educação e saúde tanto em Teófilo Otoni como nos demais centros emergentes também são aspectos cruciais para um melhor aparelhamento da região. Nesse sentido, a instalação de universidades privadas a partir dos anos 2000 e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri possuem papel decisivo, tanto no que se refere a uma melhor compreensão desse espaço, quanto na possibilidade de uma melhor intervenção efetiva a partir desse conhecimento.

Além das relações extra-regionais pouco desenvolvidas, também as relações internas se mostram, sob muitos aspectos, desequilibradas. As oscilações demográficas bastante intensas observadas em toda a Mesorregião, o ambiente natural extremamente modificado e os baixos índices de investimentos importantes na economia regional, são coerentes com a perda de referência do imaginário local o que sugere forte grau de desequilíbrio nas relações intra-regionais.

Dadas essas características do entorno do Mucuri, falta-lhe uma representação política e institucional mais expressiva. A esse respeito, uma instância de planejamento integrada das diversas atividades desse espaço, considerado não em termos de sua divisão geográfica, mas contemplando as inter-relações históricas e culturais, e, desse modo, tanto a Bacia do Rio Mucuri quanto do Rio São Mateus, seria um importante passo a seguir. Aspectos como o desenvolvimento do meio rural, a proteção ao meio ambiente, incentivo à cultura local, inconsistências sócio-econômicas e espaciais, dentre outros, podem ser fortalecidos a partir de uma discussão ampla, participativa e compreensiva desse espaço, de modo que a região seja incorporada ao mundo das idéias e das ações políticas.

¹⁵ Assim, por exemplo, levando-se em consideração as variações de IDH-M no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000. De uma maneira geral os centros urbanos que apresentavam maiores índices em 1991 continuam a apresentá-los mais elevados, mas a sua variação final é pequena de maneira geral. O centro regional mais importante, Teófilo Otoni, apresentou um equilíbrio relativo em seus índices quando comparado com os centros sob sua influência direta e com os demais centros regionais emergentes dentro do estado de Minas Gerais. Também os centros emergentes localizados no norte do Estado do Espírito Santo e sul do Estado da Bahia (em virtude do desenvolvimento do turismo e da indústria de celulose).

Referências Bibliográficas

Alonso, W. *Location and Land Use*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

Aschtschin, M. *A Filadélfia não sonhada: a escravidão do mucuri do século XIX*. Teófilo Otoni, 2008, 72p.

Batella, W. ocupação e integração econômica do Nordeste de Minas Gerais no contexto da dualidade brasileira. *Geografia, Ensino & Pesquisa*. Santa Maria, v.14, n. 3, p.74-85, 2010.

Boudeville, J.R. *Problems of regional economic planning*. Edinburg: Edinburg Univesity Press, 1966.

Chagas, Paulo Pinheiro, 1906 - *Teófilo Ottoni* – Ministro do Povo – 4. ed. rev. aum. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982. pg 243.

Christaller, Walter. *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Englewood Cliffs, 1967

Friedman, J. *Regional Development Policy: a case study of Venezuela*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1966.

Furtado, Celso. “A longa busca da utopia” (Entrevista aos professores Leda Maria Paulani e Armênio Rangel), *Economia Aplicada*, v.1, n.2, 1997, pp. 545-563.

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, 6a Ed

Harvey, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, **2005**.

Harvey, D. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London; New York: Verso, 2006 [“notes toward a theory of uneven geographical development”, p. 69-116].

Hirschman, Albert O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

Léfèbvre, Henry. *Espado y política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

Lefèbvre, Henri (1969). *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

Lefebvre, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

Lefebvre, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

Limonad, Éster & Lima, Ivaldo G. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: X ENCONTRO ANUAL DA ANPUR, Belo Horizonte, 2003.

Monte-Mor, R. L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES n. 111. p. 09-18 jul. 2006.

Otoni, C. C. *A mesorregião do Vale do Mucuri: contextualização histórica e análise do desenvolvimento*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006, 102f. (Dissertação de Mestrado)

Perroux, François. O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: Schwartzman, J. (org.) *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. (Primeira edição: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955).

Rangel, I. 500 Anos de desenvolvimento da América e do Brasil. In: *Geosul*, n.15, Florianópolis: Ed. UFSC, 1993, pp. 712.

Ribeiro, E. M. *As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha*, MG. Tese (doutorado em história) Universidade Estadual de Campinas. 1997, 322p.

Ribeiro, E. M.. O cavalheiro e as selvas; as aventuras de Teófilo Benedito Otoni, o Mucuri e o Jequitinhonha do século XIX. Belo Horizonte: 1998.

Santos, M. A.; Sorel, I. História da ocupação no Vale do Mucuri. In: Fernandez, M. A. Expedição Rio Todos os Santos. *Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri*, Teófilo Otoni, 2006, pp.4154.

Santos, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, 384p.

Santos, Milton. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980

Santos, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440p.

Santos, M. *Economia espacial : críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, 204p.

Territórios da cidadania. Disponível em : <[HTTP:\\ http://www.territoriosdacidadania.gov.br/](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/)>.